

## **NÃO SOMOS (TODAS) GAROTAS DINAMARQUESAS: Gênero, ciência e a produção de conhecimento em esquinas latinas**

Sofia Favero<sup>1</sup>

### **Resumo**

Com o objetivo de discutir a posição analítica que parte da travestilidade, este artigo considera os arranjos nosológicos dos manuais internacionais de saúde como incompatíveis com uma compreensão de gênero no território brasileiro. Problematisa, então, como tais narrativas advindas de uma tradição médica endereçam as travestis e pessoas trans ao lugar de sujeitos mediados por um saber prévio. São inauguradas, assim, disputas pela racionalidade no contexto acadêmico, onde tem sido possível deixar de ser “estudada” e passar a ser “estudiosa”. Não sem esforço, esse deslocamento faz com que uma série de desafios se desenvolva, tendo em vista que uma intelectualidade transfeminista não está dada a priori. Em contrapartida, situa a forma com que essas mesmas pessoas têm se insurgido epistemologicamente a partir da escrita para pensar suas próprias visões de mundo, apostando na crítica a um projeto de ciência tutelar como forma de produzir agência e de afirmar o conhecimento das ruas latinas.

**Palavras-chave:** travestis; epistemologia; conhecimento; ciência; escrita.

## **WE ARE NOT (ALL) DANISH GIRLS: Gender, science and knowledge production in latin corners**

### **Abstract**

In order to discuss the analytical position that departs from travestility, this article considers the nosological arrangements of international health manuals as incompatible with a gender understanding in the brazilian territory. It then problematizes how such narratives from a medical tradition address “travestis” and trans people as subjects mediated by prior knowledge. Thus, disputes for

---

<sup>1</sup> Psicóloga de formação pela Faculdade Pio Décimo (SE). Integrante da Associação e Movimento Sergipano de Transexuais e Travestis (AMOSERTRANS). Mestre em Psicologia Social e Institucional (UFRGS). E-mail: cuen-@hotmail.com.

rationality are inaugurated in the academic context, where it has been possible to stop being “studied” and becoming “studious”. Not without effort, this displacement causes a series of challenges to develop, given that a transfeminist intellectuality is not given a priori. On the other hand, it situates the way these same people have been epistemologically insurgent from writing to think their own worldviews, betting on the critique of a tutelary science project as a way of producing agency and affirming knowledge of latin streets.

**Keywords:** “travestis”; epistemology; knowledge; science; writing.

## **NO SOMOS (TODAS) CHICAS DANESAS: Género, ciencia y producción de conocimiento em las esquinas latinas**

### **Resumen**

Para discutir la posición analítica que se aparta de la travestilidad, este artículo considera que los arreglos nosológicos de los manuales internacionales de salud son incompatibles con una comprensión de género en el territorio brasileño. Luego problematiza cómo tales narrativas de una tradición médica abordan a las travestis y personas trans como sujetos mediados por conocimientos previos. Así, las disputas por la racionalidad se inauguran en el contexto académico, donde ha sido posible dejar de ser “estudiado” y volverse “estudioso”. No sin esfuerzo, este desplazamiento provoca una serie de desafíos a desarrollar, dado que una intelectualidad transfeminista no se da a priori. Por otro lado, sitúa la forma en que estas mismas personas han sido epistemológicamente insurgentes de la escritura para pensar sus propias cosmovisiones, apostando en la crítica de un proyecto de ciencia tutelar como una forma de producir agencia y afirmar el conocimiento de las calles latinas.

**Palabras clave:** travestis; epistemología; conocimiento; ciencia; escritura.

O doutor me trará a cura  
dessa vergonhosa praga divina.  
e a Ele, eu rogo: por favor, corrija (...)  
intervém no disfarce das travestis latinas  
que louvaram a serpente da desobediência.

## INTRODUÇÃO À TEOLOGIA TRANSFEMINISTA

As travestis ensinam umas às outras sobre múltiplos temas. Ensinam os passos de uma hormonização, quando os protocolos de saúde falham em acessá-las. Ensinam a lidar com determinadas configurações familiares, quando a discriminação fala mais alto dentro do próprio lar. Ensinam a burlar diretrizes escolares, quando a divisão de gênero opera de modo violento nos banheiros e nos espaços de socialização. Ensinar é uma prática comum entre as travestis, mas aqui o ensinamento não adquire apenas o sentido de “repassar” algo, ele tem um caráter de criação. Ensinar, sobretudo, diz respeito à capacidade de inventar coisas novas.

Diversos trabalhos discutiram, no Brasil, a construção dessa cidadania precária, porém ao mesmo tempo inventiva (Silva, 1993; Oliveira, 1994; Kulick, 1998). Produções acadêmicas geralmente etnográficas que buscavam expor os contextos de vulnerabilidade a que eram submetidas as travestis trabalhadoras sexuais. Desde a década de 1990, então, começaram a ser desenvolvidos estudos sobre prostituição e identidade de gênero, reconhecendo como não se tratavam de campos opostos, mas intercambiáveis. Compreender como esse intercâmbio foi sendo enlaçado talvez seja o primeiro passo para evidenciar o lugar da travesti na sociedade brasileira. Afinal, o que significa habitar um cenário vulnerável, mas ao mesmo tempo estar em contato de modo bastante específico com as famílias de classe média de dado campo?

O encontro. A negociação. O programa. Diferentes formas de falar sobre coisas parecidas. Clientes e parceiros, predominantemente identificados enquanto homens, tornam-se o elo que conecta uma experiência crítica de gênero com o que há de mais pedagógico em termos normativos. A família, nos moldes em que é defendida por setores conservadores, enquanto benéfica a todos, na verdade trata-se de uma defesa à violência, conforme nos alertou Preciado (2013). Na perspectiva do autor, não se defende a família para manter um regime de acolhimento ou até mesmo de amor, mas para sustentar “a educação dos heterocratas”. Ainda que fora de uma situação de trabalho, não seria difícil encontrar os mesmos sujeitos em envolvimento afetivos e sexuais

com as travestis, mas sob o termo do silêncio. Em outras palavras, relações que se dão de maneira escondida, velada e sigilosa.

Não é algo dito, todavia, para fortalecer uma ideia de suposta coerência em relação ao gênero e a sexualidade (BUTLER, 2015), como se as travestis não pudessem ser lésbicas, por exemplo, mas para refletir os modos que a prostituição (coletiva e histórica) não foi somente um veículo financeiro, se tratou de um modo de subjetivação. Longe de ter sido apenas determinado modo de lidar com o mercado informal de trabalho, a prostituição se tornou produtiva de ambiguidades. Possibilitou o deslocamento para países do exterior, mas também possibilitou um deslocamento subjetivo quanto a estar “lá” e “cá” ao mesmo tempo. Nesse sentido, é além de pensar a migração entre nações como constitutiva da travestilidade, embora ela faça parte do quadro de análise. Aqui, se parte da noção que existem fluxos epistemológicos que, próprios de uma migração sofisticada, são capazes de desenvolver conhecimento.

Objetiva-se compreender no presente artigo como as formações científicas que partem das pesquisadoras travestis se tratam de dados fronteiriços, que bebem de um lugar ambíguo enquanto potente produtor de análises. Para tanto, busca-se traçar um mapeamento sobre a tradição médica para explorar melhor as dinâmicas diagnósticas que assolaram as identidades trans, situando-as como objetos de pesquisa, não como sujeitas. Assim, esse trabalho procura resgatar algumas ferramentas de um feminismo dito parcial para a afirmação de uma intelectualidade latina. Aposta-se, portanto, em uma forma de “pesquisar” que seria própria das travestis do sul da América: as *travericanas* - enquanto figuras que detêm posse sobre que se produz em termos de nação a partir de uma localização notavelmente privilegiada.

## O GÊNERO À BRASILEIRA

Os esforços da Organização Mundial de Saúde (OMS) para classificar as travestis não são recentes. Desde a oitava versão da Classificação Internacional de Doenças (CID), quando as identidades trans passaram a compor o quadro nosológico do guia, podem ser vistas as pistas iniciais do que seria uma

patologização do gênero (BENTO e PELÚCIO, 2012). Em movimento similar, a Associação Norte-Americana de Psiquiatria inseriu as transexualidades no rol do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) em sua terceira edição. Atualmente, contudo, esse panorama tem se modificado significativamente frente a debates entre as associações e movimentos sociais.

Ainda que em processo de revisão, a CID-10 situa a transexualidade como um transtorno de identidade de gênero (F. 64.0), afirmando que seus critérios, ou, mais precisamente, seus sintomas devem envolver um forte desconforto com o sexo designado e uma intensa vontade de pertencer ao considerado sexo oposto. Esse desconforto envolve a repugnância ao próprio genital e o distanciamento das características primárias e secundárias do sexo atribuído. O DSM-5, lançado em 2013, passou por uma breve mudança, deixando de colocar a transexualidade sob o rótulo de transtorno de identidade de gênero, localizando-a conforme uma “disforia de gênero”. Caminho parecido com o que a nova CID-11 irá cumprir, pois, em release acerca da décima primeira edição, foi divulgado que o transtorno de identidade de gênero irá atender ao código de “incongruência de gênero”.

Disforia e incongruência, então, dão indícios de se tratar de nomes genéricos para um mesmo campo, ou seja, a transexualidade. Amplamente discutidos por Bento (2006), os modos de captura biomédica acerca da questão “gênero” fizeram com que a transexualidade fosse endereçada como um problema clínico. Com efeito, foi a partir de proposições como as do endocrinologista Harry Benjamin (1966) que o sujeito transexual passou a ser considerado paciente de serviços de saúde. Embora esse projeto pudesse produzir algum tipo de bem-estar, estava alicerçado em uma concepção de saúde tutelar, onde o profissional definia pelo atendido/a os destinos possíveis de um tratamento. Os estudos de Benjamin (1966) caminhavam no sentido de pensar a sintomatologia de pacientes classificados enquanto transexuais verdadeiros, que anos depois repercutira tanto na CID quanto no DSM.

Outros profissionais da medicina e da saúde mental se envolveram com esse debate nosológico, como foi o caso de Jhon Money (1969) e Robert Stoller (1982). E, com maior ou menor rigor, também acabaram se deparando com a

ideia de transexualidade verdadeira, seja ela “real” porque poderia ser ensinada (MONEY, 1969) socialmente ou porque poderia ser aprendida com os objetos originários do sujeito (STOLLER, 1982). Perspectivas opostas, pois baseavam-se em uma primazia do social sobre o subjetivo ou do subjetivo sobre o social, mas que participaram de um momento histórico de difusão do termo “gênero” para atualizar, ainda que em termos psicopatológicos, a discussão sobre um dito sexo biológico - natural, imutável, estável.

Quando esse campo de estudos vem para o Brasil, através dos guias de desordem da mente, encontra determinada dificuldade, tendo em vista que, aqui, não havia uma população autodeclarada de transexuais, mas de travestis. Questão amplamente discutida por Leite Jr (2011), a criação da categoria “travestismo” no discurso científico não foi feita com facilidade, pois permanecia escapando da clínica. E pensar a ciência como política foi um dos esforços empreendidos pelo autor, para que fosse possível compreender como uma identidade de gênero não é simplesmente algo que se descobre, mas algo que se produz.

Na versão da CID ainda em vigor, existem duas formas de encontrar as transexuais de mentira, em contrapondo ao arquétipo de verdade atribuído pela medicina à transexualidade. Travestismo bivalente (f.64.1) e travestismo fetichista (f.65.1) são os códigos correspondentes a travestis - de acordo com uma etiologia estadunidense, convém destacar. Ao chegar no Brasil, esses dois rótulos diagnósticos não conseguem capturar a população de travestis latinas, pois referem-se a um uso de vestimentas identificadas como do sexo oposto, assim como o uso de tais indumentárias durante o ato sexual para provocar excitação.

Para além de entender como a construção do sexo e do gênero na modernidade fez com que o binário passasse por uma ruptura, algo que Arán (2006) discutiu em sua tese de doutorado, o que cabe um contorno maior é a rasa compreensão da experiência travesti. Dizer sobre um suposto “travestismo bivalente” enquanto categoria clínica só faz sentido se entendermos o sexo e o gênero como estanques, não como intercambiáveis. Da mesma forma, discutir certo tipo de “travestismo fetichista” ligado ao uso de determinadas roupas



durante o ato sexual é algo que só adquire lógica se partimos da compreensão que a indumentária esteve ligada, desde sempre, ao sexo designado. Ou seja, precisaria existir um *a priori* que impusesse sua coerência.

Todavia, a travesti do sul das Américas - retratada pela travericana - nunca esteve representada pelos guias de saúde. Sua história não cabe na APA, nem na OMS. Tampouco é algo que digo para supor que a transexual esteve em algum momento, mas para afirmar o caráter de desinteresse da própria saúde em compreender a experiência da travestilidade a partir dela mesma, não por meio do discurso biomédico (TENÓRIO e PRADO, 2016). Através desse entendimento é que se afirma o cunho escapatório da travestilidade dentro da ciência. Ainda que isso não seja devido a um entendimento romantizado da experiência, tendo em vista que a falta de representação em manuais diagnósticos implica em um “não reconhecimento” em políticas de saúde e assistência, impondo tal população à vulnerabilidade.

O Sistema Único de Saúde divulgou, em 2008, a versão inicial do Processo Transexualizador (Portaria n° 1.707/2008), no qual forneceria procedimentos clínicos e cirúrgicos a pacientes identificados enquanto transexuais. Tendo como base os guias internacionais de diagnóstico psíquico, tal portaria foi relançada em 2013, dessa vez colocando as travestis e os homens trans como pacientes eletivos, em uma pretensa tentativa de descentralizar a cirurgia da política. Ainda assim, mesmo a versão atualizada cinco anos depois do lançamento apresenta a transexualidade como eixo de acesso aos procedimentos. Tanto a cirurgia de transgenitalização, tireoplastia e o tratamento hormonal são registrados sob os códigos f.64.0 e/ou f.64.9 - o último, que diria respeito a outros transtornos de identidade de gênero. Percebe-se, então, como as classificações biomédicas sobre as travestis não são reconhecidas no Brasil, pois se recorre ao f.64.9 e não ao intitulado “travestismo” de duplo papel ou sexual para falar sobre elas.

Não é um mero detalhe revelar a posição da travestilidade na saúde, pois operar como um “outro” da transexualidade é correr o risco de ser considerada falsa, menos verdadeira, mentirosa. Uma versão do sujeito “transexual” que não convence. Que não detém legitimidade científica. Que não justifica na

carne o porquê de sua identidade. Que não busca no hipotálamo ou nas experiências primárias uma razão para ser quem se é, tendo em vista que a travesti coloca o saber nosológico para girar de outra forma. Ela não cabe na narrativa psicopatológica de sofrimento, embora, sim, possa sofrer ou sentir dor em algum momento de sua vida, podendo, também, recorrer a “narrativas apriorísticas” para definir a si mesma. Ainda assim, ela não condiz com o estereótipo sexista de transição de um gênero para o outro, pois a ela cabem quantos gêneros puderem. A travesti latina contorce os operadores de saúde em suas reuniões multidisciplinares, uma vez que não reconhecem nas transformações corporais uma bondade médica, mas a garantia de uma diferenciação sexual (ROHDEN, 2003) que, em primeiro lugar, não interessa às mesmas.

#### **APRENDENDO COM AS MULHERES DO FIM DO MUNDO**

Quem são as mulheres do terceiro mundo de Glória Anzaldúa (2000)? As mulheres negras, as chicanas, as latinas, as lésbicas. Mulheres. Aqui, escrevo sobre aquelas que anunciam o armagedom, que declaram a falência do sistema sexo-gênero tal como o conhecemos. Se há doença na travestilidade, que ela se torne uma peste. Permita-nos lazarar a cisgeneridade enquanto uma estrutura de pensamento. Que caibam às travas o encargo de cavalgar pelo fim do mundo. As cavaleiras do apocalipse, essas que estão travando a batalha epistemológica com uma ciência cheia de boas intenções. O que nos espera? Escrever é difícil e o “mundo em seu fim” não fala só sobre estarmos abaixo da linha do Equador (PELÚCIO, 2014), mas sobre uma humanidade que se definha.

O lugar da travesti intelectual na academia ainda está em disputa. Como bem trouxe Viviane Vergueiro (2016), a cisgeneridade é um sistema de inteligibilidade acadêmica. Ser cisgênero não é somente um modo de se identificar, mas uma posição social diante dos regimes de intelectualidade. Em paralelo, quando discute um “falar em línguas” específico, a lavagem cerebral a que Anzaldúa (2000) se queixa parece-me próxima de uma crítica à branquitude. Aqui, tal “alienação” adquire uma nova camada: uma normatividade cisgênera na própria escrita. Como é possível ensinar quando



ensinar nos termos que estão dados é uma atribuição de poucos? Um texto acadêmico poderia reconhecer uma perniciosidade cisgênera na constituição de um raciocínio? Indo além, seria a cisgeneridade (acoplada a outros marcadores hegemônicos) a definição de razão?

Pensando que razão aqui não comporta o sentido de ida aos centros, pois não se trata de deslocar as travestis pensadoras a um modelo de pensamento pré-estabelecido e circunscrito por uma ideia de Europa. Patrícia Hill Collins (2016) nos trouxe sobre o potencial criativo das “*outsiders within*” - ou estrangeiras de dentro, em português. A autora pensava o lugar ambíguo da mulher negra como um ponto de vista privilegiado acerca dos mais diversos paradigmas sociológicos. Ocupar a posição de domésticas conferia a tais mulheres racializadas um status de análise interessante. Estavam dentro e fora das convenções sociais, portanto a sociologia poderia se beneficiar dessa perspectiva única de investigação.

Em proposta similar, Donna Haraway (1995) apostou nos saberes localizados como meios de fixar oposição a uma noção de ciência neutra. Para a escritora, não cabia ao feminismo responder às demandas por “mais objetividade” a que era criticado. Pelo contrário, deveríamos, enquanto sujeitos políticos femininos, apostar em uma escrita parcial, declarada e que não se pretende “ílesa” em momento algum. Entre os parágrafos, alguém habita. As palavras dizem sobre uma memória. Há um “eu” em cada espaço. Não se trata mais de atender ao chamado de uma ciência “boa”, mas de maleficar o próprio conhecimento científico tal como ele está dado.

O feminismo negro foi um grande propulsor de crítica a essa concepção de positivista conforme um método de pesquisa. Aqui, temos Lélia Gonzalez (1988) como uma das pioneiras no debate sobre as contradições entre raça e gênero, pensando o lugar da mulher negra, nos movimentos étnicos e feministas, a partir de uma omissão que se desenovelava estruturalmente. A autora discutia um racismo sofisticado, que se dava na abolição dos marcadores raciais em um tipo de feminismo. Pensava, ainda, as categorias *amefricanos* e *ameríndios* como úteis campos de análise para as relações raciais no sul das Américas.

De modo evidente, as relações entre produções identificadas como de mulheres negras não são simétricas às elaborações de um campo denominado de “estudos trans” ou até mesmo transfeminismo. Não se recorre a epistemologias raciais para dizer que elas podem ser utilizadas de qualquer forma, para quaisquer populações. De fato, o uso das ferramentas analíticas pensadas por e para mulheres negras vem no sentido de compreender a travestilidade brasileira como uma expressão étnica e também racial. Diversos trabalhos sustentam a comunicação entre as travestis e os terreiros (FERNANDES, 2013), assim como o uso do pajubá - ou bajubá, a depender da região - como um dialeto que comumente circula entre LGBTs (LIMA, 2017).

Poderia, então, a categoria “travericana” se tratar de uma compreensão ambígua acerca da constituição latina da travesti? Além disso, seria ela capaz de sustentar oposição às narrativas importadas acerca de uma verdade sobre o gênero? Conceição Evaristo (2006) nos dizia sobre a escrita ser uma senha pela qual se acessa o mundo, ao debater a escrevivência. Um texto que é vivido. Quais histórias sobre a nação as travestis guardam entre si? De que forma a academia pode ser favorecida por uma epistemologia de resistência a forças policiais e a um regime ditatorial nas décadas de 1960 e 1970? Se há um esforço da tradição médica internacional em transformar “travestis” em transexuais falsas, segundo um entendimento tutelar de que o gênero é um tema que pertence à Saúde, havia na travericana uma afirmação latina contrária à nosologia psiquiátrica?

A escrita, em Evaristo (2006), é uma possibilidade de vingança. Um ponto de vista que reflete uma “teimosa esperança” sobre os alcances da comunicação. Percebe-se no texto determinada forma de agência. Algo pode ser feito com aquilo que foi vivido. As palavras seriam uma forma rudimentar de elaboração a travestis que foram tratadas, investigadas, analisadas, abordadas, usadas e simplificadas na posição de objeto de uma pesquisa? Objetos. Caso reconheçamos os altos níveis de evasão escolar e abandono familiar a que são submetidas, precisaríamos assumir que de certa forma a escrita foi negada às travestis. Ainda assim, deslocam-se da posição de “estudadas” para a de “estudiosas” de maneira insistente, sem que, para isso,

se situem como ruínas os trabalhos que têm como tema tal realidade, mas para pensar que essa “virada ontológica” (CASTRO, 2012) não deve passar despercebida.

No campo dos estudos críticos, destaca-se a produção de Ramón Grosfoguel (2016), sociólogo interessado em pensar o epistemicídio que determinadas populações são submetidas. Ele traz quatro grandes epistemicídios ao longo da história: o que foi imposto aos africanos, às mulheres, aos judeus e mulçumanos, como também aos povos nativos das Américas. O ponto defendido por Grosfoguel (2016) é que tais violências epistemológicas fortaleceram a racionalidade do homem branco. Ao passo que essas populações eram animalizadas, tidas como irracionais, o homem ocidental passava a deter posição central em uma estrutura de conhecimento. Em outras palavras, a premissa cartesiana “penso, logo existo” não tinha como “eu” da oração uma mulher, um judeu ou uma pessoa negra. Pensar e existir eram atribuições que cabiam a um ocidente masculino.

Pode a travesti latina falar? Em ensaio pós-colonial sobre o subalterno, Gayatri Spivak (1985) situa a fala do subalterno como mediada por uma cumplicidade acadêmica, onde o outro acredita possuir mecanismos melhores para falar em seu lugar. Entretanto, a autora não resume a questão à verbalização. Que o subalterno fala, é evidente. Pode-se falar. Aquilo que não ocorre é a condução da escuta. Nesse sentido, deve-se produzir estratégias de combate a toda e qualquer subalternização que se impõe sobre os registros de uma fala. O que temos a dizer, travestis do sul global? Como podemos entrar nas disputas pelos saberes? Quais são os alcances epistemológicos que passeiam por ruas e avenidas brasileiras? De que forma é possível criar um novo projeto de ciência, tendo em vista que os termos tradicionais da cisgeneridade não bastam para nós?

## **A POTÊNCIA DAS ESCRITURAS APOCALÍPTICAS**

Mãos à obra. O medo que sinto é que meu texto seja considerado “pouco acadêmico” ou até mesmo “muito inflamado” decorrente de um entendimento de que a neutralidade é uma virtude de poucos. Ainda assim, estou cansada de

estar só. E dizer isso faz com que, paradoxalmente, consiga me sentir rodeada pelos meus pares. Para fazer parceria com outras travestis intelectuais, preciso estar em contato virtual com elas. Emilly Fernandes em Natal (RN), Jaqueline de Jesus no Rio de Janeiro (RJ) e Ariane Senna em Salvador (BA) - psicólogas, assim como eu, que vivenciaram trajetórias parecidas no que diz respeito ao exílio em grupos de pesquisa, salas de aula, campos de estágio.

Evidentemente que muitas alianças com pessoas cis são possíveis. E bastante produtivas, potentes e catárticas. É mais sobre entender a falta de pessoas trans na academia do que dizer que não há nenhum espaço acadêmico para quem é diferente. Tem um ditado que diz que quem chega primeiro na fonte bebe água limpa, mas, não nos enganemos, a verdade é que quem chega primeiro ainda precisa cavar o poço. Nesse sentido, se trata de pensar quem tem uma experiência histórica diferenciada, conforme apontava Sueli Carneiro (2003), para que seja possível apostar na parcialidade. Escrevo, então, a partir de um Brasil bem específico. Embora nordestina, decidi fazer pós-graduação em uma universidade pública no sul.

Minha história tem início no ensino médio. Em uma escola pública da capital de Sergipe, passei pela minha primeira reprovação. Na época, cursava o primeiro ano. Durante um dos intervalos, um grupo de rapazes resolveu atirar uma pedra em minha direção, me acertando. Entrei em contato com a coordenação, que convocou - com muita insistência - os rapazes à sala das coordenadoras. Uma delas me disse que se eu tivesse em sala, nada disso teria acontecido. Estarrecida, exigi que algo fosse feito, pois não era aceitável receber pedras em minha direção. A situação não se resolvia. E o rapaz, identificado como o autor da brincadeira, conforme estava sendo falado por todos, menos por mim, decidiu sair da sala, me empurrando. Fiz uma expressão de surpresa, informando-a que havia acabado de ser empurrada em sua sala, em sua frente, mas recebi a resposta que estava criando um problema. Fui chamada, no fim dessa discussão, de “viadinho” por outra coordenadora.

Juntas, minha mãe e eu, fomos à Delegacia de Grupos Vulneráveis (DAGV), intimar a coordenadora que havia se negado a agir, optando por apoiar o aluno ao também me ofender. Uma carta foi entregue à coordenação. Uma

audiência foi marcada. E no dia, novamente, fomos minha mãe e eu. Não tínhamos advogados, apesar de a coordenadora ter resolvido aparecer com um ao seu lado. A delegada nos ouviu, mas diante da delicadeza da situação, decidiu que gostaria de ouvir cada uma de uma vez. Depois de ter falado, a coordenadora saiu de sua sala e eu pude entrar acompanhada da minha mãe. Falei sobre o que havia acontecido comigo na escola, no que a delegada nos trouxe que havia recebido, sem nenhuma solicitação, minhas notas e faltas como “argumento” para provar que eu era uma aluna falida. Naquele ano, reprovei.

Reprovei nos dois anos seguintes. Não é algo que digo para estabelecer uma pretensa relação de causa e efeito, ainda que, de fato, a violência sexual e de gênero se tratou de um determinante nesse processo de evadir da escola, mas foi ter me tornado uma “aluna-problema” a coisa que mais marcou minha trajetória em instituições de ensino. Interessada em entender como a desigualdade adquire visibilidade em marcadores sociais da diferença, Avtar Brah (2006) afirma a interseccionalidade como uma ferramenta útil na compreensão das relações de poder de determinados contextos. Após ter finalizado o ensino médio, me deparei com situações similares do ensino superior. Em outras palavras, permanecia sendo vista como uma “questão” para a instituição. Qual banheiro ela usará? Qual nome iremos colocar na lista de chamada? Por que não podemos ter paz? Estaria ela preparada para atender alguma criança? Como uma família reagirá a uma psicóloga travesti atendendo seu filho?

A verdade é que os problemas existiam, mas não devido a mim. Se um projeto pedagógico foi pensado a partir de uma lógica cisgênera, na qual os estudantes obedeceriam a coerência esperada entre sexo+gênero+sexualidade (BUTLER, 2015), homem+pênis e mulher+vagina, então estaríamos falando de um problema instituição. A norma cisgênera sempre será problemática a pessoas trans, mas seu processo de fabricação omite o seu caráter construtivista, fazendo com que os “erros” sejam distribuídos entre indivíduos. Assim, a sensação de ser uma aluna “aturada” trata-se de uma angústia

normativa, no momento em que a cisgeneridade enquanto estrutura passava a atuar de maneira mais incisiva.

Bom, finalizei uma graduação em psicologia, com custos altos em termos de saúde mental. Ter de lidar com a desconfiança de professores que acreditavam, *a priori*, na minha incapacidade de lidar com a psicologia enquanto disciplina. Assisti aulas de psicopatologia em que filmes como *Tomboy* (2011) foram exibidos para ilustrar o que significava um transtorno de identidade de gênero - e, ao questionar a razão desse tipo de narrativa ser endossada em sala, como se a transexualidade fosse, de fato, um adoecimento psíquico, ouvir que se trata de um tema ainda em disputa dentro da psicologia. Como se nossos manuais diagnósticos não fossem políticos, ou como se a homossexualidade não houvesse sido patologizada em termos similares.

Escrevo para dizer de uma ciência psicológica despreparada para lidar com estudantes trans e travestis em sala. De uma psicologia que se constrange com o próprio sexismo, que ainda recorre a estereótipos de gênero para classificar sintomas em “pacientes” transexuais. Nós, travestis, não aceitamos o título de problema, ao menos não na forma que ele é ofertado. Em contrapartida, dizemos: o problema está na forma que vivenciamos situações de opressão que estão imbricadas umas nas outras (COLLINS, 2000). Para além de pensar o que fazer com uma pessoa, uma escrita que advém do “livro da revelação” é uma escrita que situa os fatores econômicos, políticos e culturais de determinada experiência (BRAH e PHOENIX, 2004).

Repetimos, então, nossa visão de mundo. Algo que Virginie Despentes (2016) também afirmou, quando falava sobre a necessidade de “dinamitar” tudo isso - referindo-se à violência de gênero como um sistema de regulação em falência. Sistema, esse, que se encontra pulverizado em nossas concepções de saúde e doença. Normal e patológico. E por que julgaríamos um “pensamento trans” de acordo com uma coerência cisgênera (CANGUILHEM, 1995)? Como apostar nas estilísticas transgêneras como veículos reflexivos acerca de uma experiência de vida? Pensando, aqui, a experiência como algo que não se trata de uma autoridade (SCOTT, 1999), mas de uma via possível para expor os mecanismos da discriminação. E com tal memória em mãos, a



travesti latina afirma a “ironia final” (HARAWAY, 2000) de uma ciência historicizada.

Da mesma forma que o ciborgue não aguarda seu pai para ser salvo por meio da restauração do paraíso (HARAWAY, 2000), não aguardamos a boa intencionada nosologia para corrigir “nossos corpos” do defeito de gênero. Da disforia. Da incongruência. Um conserto que dá indícios de sustentar a cisgeneridade enquanto um horizonte - seja ele físico, psicológico, coletivo, etc. Nossa bússola aponta para outros territórios, outros burburinhos, inferninhos, saunas, aplicativos, terreiros. Não queremos ser tratadas, não queremos ensiná-los acerca do que fazer conosco. Antes de pensar em uma terapêutica, lide com nossa feitiçaria, entenda a que razão obedecemos, a quais arranjos discursivos recorreremos para ler a Saúde, a Educação e o Direito. Muito mais de entender o que determinado campo tem hoje a dizer sobre as travestis, convém se interessar pelo que as travestis profetizam sobre essa nação.

## O SAGRADO TRAVESTI: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Garota dinamarquesa (2016) é um filme dirigido por Tom Hooper e interpretado pelo ator Eddie Redmayne, que no ano de lançamento da película foi indicado ao Oscar de Melhor Ator em seu papel de Lili Elbe - considerada umas das primeiras transexuais a passar por uma cirurgia de transgenitalização no mundo. Lili, protagonista da cinebiografia, faleceu na década de 1930 e desde então pairou no imaginário biomédico como um mito fascinante. A ideia de que uma transição se dá em razão de muito sofrimento é profundamente discutida por Patrícia Porchat (2014), ao considerar esse mesmo “sofrimento” como um estereótipo.

Uma vida sofrida, então, é o que certos setores da literatura psiquiátrica esperam obter de pessoas trans e travestis. Reconhecendo que a transexualidade, por exemplo, se situa como um transtorno de personalidade (Seção F da CID-10), não seria possível diagnosticá-la via exames laboratoriais, mas somente a partir do discurso. Assim, as descrições sintomatológicas sobre a transexualidade vão adquirindo o teor de uma relação pejorativa em relação

ao próprio corpo. O sujeito se odeia. O sujeito vivencia um conflito intenso. O sujeito não lida bem com a autoimagem. E, como já discutido anteriormente, aquelas que não atuam esse roteiro psicopatológico se deparam com uma certa desconfiança por parte dos operadores de saúde.

Conforme apontam Tenório e Prado (2016), tal desconfiança surge porque as terapêuticas destinadas à população trans não se fundamentam apenas em uma demanda benevolente por atendimento, mas porque um saber nosológico precisa ser constituído. Nesse sentido, os autores situam que nem sempre uma alteração física será fruto de um doloroso sentimento, pois às vezes são feitas simplesmente porque há desejo de fazê-las. Em outras palavras, ser patológico é ser inteligível. O que faz com que as travestis não consigam invocar o reconhecimento da saúde, pois falam que o diagnóstico não é de um gênero, o diagnóstico é de uma cultura. A medicina está distante e se recusa a escutar (TENÓRIO e PRADO, 2016) as pessoas trans e travestis. Mas, ainda assim, é uma agente de grande expressividade dentro do tema.

As rebeldes de gênero, que não atenderam aos chamados de uma psiquiatria fria, pagam um alto preço pelo silêncio. Rompê-lo, entretanto, ainda que através de um texto, é algo que demanda certa lógica de enfrentamento. Hélène Cixous (1986), expoente no que diz respeito à escrita advinda das mulheres, fala sobre a possibilidade de uma escrita feminina - crítica a um ethos masculino no modo de redigir determinado texto, tendo em vista que, para a autora, uma escrita guiada pela masculinidade seria aquela que diz obedecer a lei da razão. A escrita feminina, em contrapartida, é aquela que perde, que deixa algo no texto. E se a história da escrita se confunde com a história da razão, conforme Cixous (1986) apontava, então estaríamos reconhecendo o sujeito masculino como aquele que acessa o discurso de outra forma.

Muito além de pensar uma essência literária, como se as posições de homens e mulheres se tornassem estanques ao afirmar que masculinidades e feminilidades operam de maneiras distintas, o que é sugerido aqui é compreender não só um domínio dos homens hegemônicos no campo dos discursos, mas uma estabilidade cisgênera que opera na própria construção

textual. Uma estilística trans é viperina, peçonhenta, cortante. É a peste capaz de adoecer a cisgeneridade cosmológica, que busca, enquanto ciência, se colocar natural. Desnaturalizá-la significa entender um novo momento para as pesquisas de gênero no Brasil, um momento em que se pensa “travas-sujeito” e não mais “travas-objeto-de-pesquisa”.

Longe de ser uma questão resolvida para os feminismos, a ideia de “sagrado” ligada à mulher ainda divide abordagens dentro desse campo. Se por um lado surgem debates afirmando uma “sacralidade feminina” no sentido de empoderamento, corre-se o risco, por outro lado, de produzir uma biologização da identidade. Elisabeth Badinter (1985) traça um panorama sobre o mito do amor materno para explorar o aspecto construtivista do gênero e da maternidade, mas pode nos ser útil frente a essa noção de que há algo de sagrado em relação ao feminino. Uma escrita feminina é uma escrita que se contrapõe à ideia de cuidado, assim como um texto pajubado (ou seja, um texto marcado por um “pensamento travesti”) precisa ser um contraponto ao engessamento.

Uma sacralização *queer*, dessa forma, precisa partir das margens. Preciado (2014) defendia a contrassexualidade como uma investida desnaturalizante acerca do sexo e do gênero, tecendo uma crítica às explicações biologizantes sobre o corpo. A nosologia, como esse campo de estudo do que é patológico, tenta nos dizer o contrário, pois busca disputar com as travestis o lugar de “paciente” - que é, em outras palavras, o lugar do sujeito infantilizado a que Gonzalez (1988) se referia. Ainda assim, algo se perde quando uma epistemologia trans se joga na academia. Na busca pelo reconhecimento de uma intelectualidade fronteiriça, perde-se o compromisso com a coerência cisgênera. Não pretende-se mais, portanto, dar atenção às tecnologias da verdade, mas fazer o corpo ser ouvido, conforme trazia Cixous (1986).

E ensinar não é novo, vimos isso. As travestis brasileiras não precisam de um guia que as diga como agir, que tipo de mulher devem ser, quais destinos podem traçar. Só que, com efeito, não permitir que o jogo da sedução diagnóstica se desenvolva não é algo que alguém faz e sai ileso. De todo modo,

o que podemos aprender com as historiografias da navalha? Com as contações de história das que são chamadas de “mamãe” por outras travestis? Não apenas os estudos de gênero se beneficiariam das contribuições das travestis do sul da América, mas também as disciplinas comprometidas em um projeto ético e político com a diferença. O que pode um texto corporificado? Quais os alcances de uma biografia que não encontra repouso no terreno da cisgeneridade que permeia a academia brasileira?

No ano seguinte da minha primeira reprovação na escola, voltei para visitar alguns amigos. Fui surpreendida ao ser avisada que não poderia entrar. Voltei à escola, mas não pude entrar. Das grades, abracei alguns conhecidos. Comuniquei-lhes que estava em outro colégio, próximo àquele. Mostrei até meu novo uniforme. Nessa tarde, a mesma coordenadora passou por mim, subindo as escadas e me imitando, para que todos ouvissem. Fez uma voz forçosamente feminina, mexeu os braços um pouco, rebolou de maneira caricatural. Aquela era eu? Lembro-me de observá-la subir até que desaparecesse e levasse consigo a paródia que fazia de uma estudante de 15 anos de idade.

Não é algo que relembro para meramente denunciar encontros ruins na pedagogia, em termos jurídicos, tudo isso já foi feito, mas para pensar como fui obrigada a estar na defensiva por um ambiente educacional intolerante com as travestis. E mesmo ela, a coordenadora, enquanto passava degrau por degrau, me ensinou algo. Aprendi a ver como estava sendo desconsiderada enquanto aluna. Enquanto alguém que pensava. Alguém que era movida por afetos, ideias, inventividades. Sentada nessa mesa, escrevo com a certeza de que a escrita é a possibilidade de gritar hoje o que não fui capaz de gritar ontem. Dinamizando o conceito de tempo, escrever é o aceno que dou à estudante que fui, que sou e que permanecerei sendo.

Pelas bandas de cá, escrever significa não sucumbir aos violentos destinos que são impostos pela cisgeneridade. Quer dizer mostrar a outras jovens travestis pesquisadoras a potência epistemológica (e terapêutica) de dizer quem somos. Declarar o que achamos do que fizeram conosco, para fazer com que enxerguem a insurgência pajubariana que se aproxima no Brasil, como uma teologia transfeminista capaz de mobilizar os alicerces da patologização.

Não para supor um dualismo do “bem” do “mal” - pois tampouco queremos ser boas diante desses termos. Para imaginar, todavia, outros mundos, nos quais possamos admitir os benefícios de um diálogo com as desobedientes de gênero.

A travesti intelectual é racialmente marcada. Ela tem um lugar étnico e na classe social. Tem também uma conexão histórica com a prostituição. Lida com uma família tradicionalista. Com uma escola segregada. Não encontra espaço no mercado formal de trabalho. É lembrada pela saúde quando se discute infecção sexual, mas não quando se pensa uma concepção de integralidade. A ela, deve ser feita justiça. Justiça epistêmica, como bem trouxe Mungwini (2018) ao discutir o paradigma filosófico que é o esquecimento dos marcadores sociais da diferença na produção do que se entende por um projeto de “humanidade”. E marcadores não aparecem aqui para pensar um somatório de coisas, Conceição Nogueira (2017) os pensava como intercambiáveis.

Também simultânea, a travesti sul-americana não cabe em um perfil diagnóstico, pois desautoriza a herança biomédica ao não odiar o próprio espelho da maneira que se espera que ela odeie. Questionar a transformação de figuras como Lili Elbe em mitos de gênero é útil para refletir o porquê de darmos tanta importância às intervenções cirúrgicas, talvez em decorrência dessas reiterarem a esperada divisão entre os sexos. Evidentemente que níveis de sofrimento podem existir, mas eles não se tratam da regra. Por que, em alternativa, não nos interessamos tanto pelas histórias de Thelma Lipp e Cláudia Wonder, para citar apenas algumas das travestis pioneiras que retrataram certa brasilidade com maior expressão? A escolha por arquétipos psicopatológicos para se referir às identidades de gênero “infradoras” não pode nos soar ingênua. E a tais escolhas, a *travericana*, em resposta, diz bem-humorada: eu sou daqui, não da Dinamarca.

## REFERÊNCIAS

ANZALDÚA, Gloria. "Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo". *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000.

ANZALDÚA, Gloria. La conciencia de la mestiza: rumbo a uma nova consciência. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 704-719, 2005.

ARÁN, Márcia. *O AVESSO DO AVESSO: feminilidade e novas formas de subjetivação*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.

BENJAMIN, Harry. *The Transsexual Phenomenon*. New York: Julian Press, 1966.

BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro, Garamond, 2006.

BENTO, Berenice; PELUCIO, Larissa. Vivências trans: desafios, dissidências e conformações - apresentação. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 485-488, Aug. 2012.

BRAH, Avtar. *Diferença, diversidade, diferenciação*. Cadernos Pagu, Campinas, n. 26, p. 329-376, Junho, 2006.

BRAH, Avtar; PHOENIX, Ann. Ain't a Woman? Revisiting Intersectionality. *Journal of International Women's Studies*. v.5, n.3, p.75-86, 2004.

BRASIL. Portaria nº 1.707, de 18 de agosto de 2008. Institui, no âmbito do SUS, o Processo Transexualizador, a ser implantado nas unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 19 ago. 2008. Disponível em: <[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt1707\\_18\\_08\\_2008.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt1707_18_08_2008.html)>. Acesso em 31 de outubro de 2019.

BRASIL. Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 20 nov. 2013. Disponível em: <[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803\\_19\\_11\\_2013.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html)>. Acesso em 31 de outubro de 2019.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*; tradução Renato Aguiar. - 8ªed - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CANGUILHEM, Georges. *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

CARNEIRO, Sueli. "Enegrecer o feminismo" in: *Racismos Contemporâneos*, Rio de Janeiro, Ashoka Empreendedores Sociais / Takano Cidadania, 2003.

CASTRO, Eduardo. "Transformação" na antropologia, transformação da "antropologia". *Mana*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 151-171, Apr. 2012.



CIXOUS, Hélène. "The Laugh of the Medusa." In: ADAMS, Hazard, SEARLE, Leroy (Org.) *Critical Theory since 1965*. Tallahassee: University Press of Florida, p. 309-320, 1986.

COLLINS, Patricia. *Black Feminist thought: knowledge, consciousness and the politics of empowerment*. Nova York: Routledge, 2000.

COLLINS, Patricia. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Sociedade e Estado* (online) v.31, n.1, p.99-127, 2016.

DESPENTES, Virginie. *Teoria King Kong*. Tradução de Márcia Bechara. São Paulo: n-1 edições, 2016.

EVARISTO, Conceição. *Becos da memória*. Belo Horizonte: Mazza, 2006.

FERNANDES, Felipe. Assassinatos de travestis e "pais de santo" no Brasil: homofobia, transfobia e intolerância religiosa. *Saúde debate*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 98, p. 485-492, Sept. 2013.

GONZALEZ, Lélia. "Por um Feminismo Afro-latino-americano". *Revista Isis Internacional*, vol. IX, 1988.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Soc. estado.*, Brasília, v. 31, n. 1, p. 25-49, Apr. 2016.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, (5), 7-41, 1995.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Antropologia do ciborgue*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 37-129.

KULICK, Don. *Travesti: sex, gender and culture among Brazilian transgendered prostitutes*. Chicago, The University of Chicago Press, 1998.

LEITE Jr, Jorge. *Nossos corpos também mudam: a invenção das categorias "travesti" e "transexual" no discurso científico*. São Paulo: Annablume, 2011.

LIMA, Carlos. *Linguagens pajubeyras: re(ex)istência cultural e subversão da heteronormatividade*. Salvador: Devires, 2017.

MONEY, John. Sex reassignment as related to hermaphroditism and transsexualism. In: GREEN, Richard; MONEY, John. *Transsexualism and sex reassignment*. Baltimore: The Johns Hopkins Press, p. 91-114, 1969.

MUNGWINI, Pascah. The question of epistemic justice: Polemics, contestations and dialogue. *Phronimon*, Pretoria, v. 19, n. 1, p. 1-13, 2018.

NOGUEIRA, Conceição. *Interseccionalidade e psicologia feminista*. Salvador: Editora Devires, 2017.

OLIVEIRA, Neuza. *Damas de paus: o jogo aberto dos travestis no espelho da mulher*. Salvador, Centro Editorial e Didático da UFBA, 1994.

PELÚCIO, Larissa. “Traduções e torções ou o que se quer dizer quando dizemos queer no Brasil?”. *Periódicus*, vl. 1, no. 1. 2014.

PORCHAT, Patricia. O corpo: entre o sofrimento e a criatividade. *Rev. Epos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 112-130, jun. 2014.

PRECIADO, Paul. Qui defend l'enfant queer? *Libération*. 2013. Disponível em: <[http://www.liberation.fr/societe/2013/01/14/qui-defend-l-enfant-queer\\_873947](http://www.liberation.fr/societe/2013/01/14/qui-defend-l-enfant-queer_873947)>. Acesso em 31 de outubro de 2019.

PRECIADO, Paul. *Manifesto Contrassexual*. Políticas subversivas de identidade sexual. São Paulo: n-1 edições, 2014.

ROHDEN, Fabíola. A construção da diferença sexual na medicina. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 19, supl. 2, p. S201-S212, 2003.

SCOTT, Joan. Experiência. In SILVA, Alcione Leite da; LAGO, Mara Coelho de Souza e RAMOS, Tânia Regina Oliveira (orgs.). *Falas de Gênero - Teorias, análises, leituras*. Editora Mulheres: Ilha de Santa Catarina, 1999.

SILVA, Hélio. *Travesti, a Invenção do Feminino*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, ISER, 1993.

SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?* Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010 [1985].

STOLLER, Robert. *A experiência transexual*. Rio de Janeiro: Imago, 1982.

TENÓRIO, Leonardo. PRADO, Marco. As contradições da patologização das identidades trans. *Periódicus*, Salvador, n. 5, v. 1, maio-out. 2016.

VERGUEIRO, Viviane. Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. Salvador, 2016. *Dissertação de mestrado*. Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal da Bahia.